
Jornalismo político ou esportivo?: mecanismos de cobertura da reforma da previdência em clima de placar eleitoral

Nathalia KUHL
Centro Universitário de Brasília

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo identificar quais são as fontes utilizadas por notícias publicadas na versão web da Folha de S. Paulo (Folha On-line) e hospedadas no Portal *UOL* na cobertura da discussão da proposta de Reforma da Previdência em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro. Preliminarmente, parte-se da hipótese que a discussão ganhou mais viés de política partidária do que dos efeitos para a sociedade no geral, a principal interessada no que se refere à mudança de leis, como se trata essa Proposta de Emenda à Constituição. Há uma comparação com a lógica do jornalismo esportivo. Uma conclusão é que a maior parte das fontes na amostragem coletada têm interesses político ou sem isenção para observar o tema, sem a presença de especialistas.

Palavras-chave

Reforma da Previdência; Jornalismo Político; Jornalismo Economico; Jornalismo Esportivo

Introdução

Quem vai ganhar o jogo? O lado A ou o lado B? O primeiro incômodo com relação à cobertura da reforma da previdência é que os materiais jornalísticos a partir de uma observação preliminar davam conta de uma espécie de batalha. Nessa “guerra”, os interesses do governo ou dos partidos políticos ganham eco nos instrumentos de mediação. A imprensa brasileira, em que pese sua história de criticidade, tem diante de si um tema complexo e delicado porque são empresas de capital privado e com interesses específicos.

Esse jogo tem páginas diárias, tentativas de pressão, fotos, textos e espaço cativo para tratar de uma temática que mistura a política e a economia. Por outro lado, está no ethos profissional a responsabilidade social para com as camadas da população com menos voz. Esse ponto de vista traz uma polêmica enrustida. Se há guerra entre Executivo e Legislativo, há um dilema próprio e intrínseco da atividade: os donos dos meios são empresários, os operários (jornalistas) são produtores de notícia. Ambos trabalham no mesmo campo. Precisam vender e’ atrair anunciantes.

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na¹ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

A proposta de reforma da previdência feita por parte do governo levada ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 20 de fevereiro não será a primeira nem última vez que a imprensa se vê diante desse cabo de guerra. No entanto, a aprovação ou a eventual simpatia da população pela matéria a ser votada pode determinar o futuro da aposentadoria no país (conquista histórica no século 20 e garantida pela Constituição promulgada em 1988).

No presente artigo, trazemos alguns temas para discussão, como o papel do jornalismo político e econômico, a responsabilidade social da profissão, uma reflexão sobre as fontes de informação, método e análise dos materiais publicados pela Folha de S. Paulo na semana em que Bolsonaro entrega o projeto à Câmara.

Em relação a isso, o trabalho tem como objetivo primário o de identificar quais são as fontes utilizadas por notícias publicadas na versão web da pela *Folha de S. Paulo* (Folha On-line) e hospedadas no Portal *UOL* na cobertura da discussão da proposta de Reforma da Previdência em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro a fim de avaliar quais foram as prioridades do veículo nessa divulgação.

1) Jornalismo Político

Para tratar de como o jornalista tem trabalhado o tema da reforma da Previdência, é necessário compreender o jornalismo político que é realizado no Brasil. Autores do campo da comunicação e das ciências sociais têm esse tema como objeto, principalmente porque a imprensa é considerada um ator relevante no debate, nas pressões e na conquista da empatia popular. O jornalismo político pode, em diferentes circunstâncias, ser comparado ao conteúdo resultadista típico da cobertura esportiva, tanto que as ações durante as campanhas eleitorais ganham tanto espaço muito antes dos pleitos.

“Até algumas décadas atrás, o leitor comprava o jornal esperando encontrar uma cobertura afinada com o seu viés político- ou, pelo menos, não muito distante dele. Já o jornal buscava cativar o leitor atendendo a essa expectativa” (MARTINS, 2005, p. 17). Podemos perceber que depois de quatro legislaturas o cenário do jornalismo político continua basicamente o mesmo, com interesses de ambos os lados. Em relação com essa perspectiva, Saward (2012) ressalta a tendência contemporânea de mídia em que as

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na² Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

peças obtêm informações de fontes específicas, mesmo em um contexto que oferece uma multiplicidade de outras possibilidades de acesso às informações. Conforme Saward (2012), a fragmentação do conhecimento da política está associada à distribuição de perceptibilidades e às capacidades de manipulação de tempos e espaços políticos.

Os autores argumentam que os canais de comunicação oferecem suporte primordial para transmissão de informações necessárias para tomada de decisão e posicionamento dos cidadãos diante do contexto político. O que pode influenciar o contato com temas relacionados à escolha de representantes, adoção e aplicação de políticas públicas e os mecanismos de controle das ações dos governantes passam pelos filtros e processos comunicacionais que, atualmente, estão diretamente relacionados com o jornalismo político.

Martins assevera que o jornalista político necessita entender os interesses que existe por trás dos discursos, devido a política ser considerada uma via de mão dupla. Martins, (2005, p. 83) destaca que todo político defende interesses- legítimos ou ilegítimos, honestos ou escusos, razoáveis ou estapafúrdios. Podem ser demandas de um estado ou região, reivindicação de uma categoria profissional ou de um setor econômico, pleitos de um segmento da opinião pública ou diretrizes de uma minoria. É o lado luminoso da Lua. Podem também ser acertos com empresas envolvidas em negócios com o Estado, mudanças na legislação para favorecer grupos econômicos, retribuições e financiadores de campanha ou casuísmo para beneficiar sua turma política. É o lado escuro da Lua. Biroli (2007) considera que o engajamento da Folha (principal produto analisado por este trabalho) em organizações político-ideológicas pode prejudicar o desempenho profissional do jornalista, em especial daquele que cobre a área política. “Não se espera, com isso, que o jornalista não tenha ideologia, opiniões e preferências, mas que tenha sempre em mente que o envolvimento partidário o torna vulnerável a paixões, parcialidade, falta de espírito crítico e mesmo ingenuidade” (BIROLI 2007. p. 131).

Para Miguel (2002), é necessário o reconhecimento de que a mídia é um fator central da vida política contemporânea e que não é possível mudar este fato. Ou seja, é

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na³ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

ocioso alimentar a nostalgia de “tempos áureos” da política, quando imperava o verdadeiro debate de ideias, sem a preocupação com a imagem ou a contaminação pelas técnicas da publicidade comercial 10. “Em suma, mesmo que se possa lamentar a atual banalização do discurso político, nunca houve nada parecido a um debate “puro” de ideias, desligadas daqueles que as enunciam” (MIGUEL, 2002, p.158)

Ao se falar de debate eleitoral, que vigora mesmo depois de findada as eleições, também é importante discutir o papel da cobertura nos veículos de grande circulação. No caso da Reforma da Previdência, argumentos utilizados durante a campanha foram reprisados com uma roupagem de governo. Se antes contavam-se as porcentagens de intenção de votos, durante o governo, pesquisa-se quantos votos serão dados pelo Congresso. Para Cook, A homogeneidade da cobertura está relacionada ao “compartilhamento, pelos jornalistas, de compreensões comuns sobre o que é a política, em que espaços se dá e quais são os atores relevantes”.

O jornalismo apresenta padrões rotineiros no contato com os atores políticos. Estes, por sua vez, assimilam a lógica que colabora para a distinção de temas e personagens no cotidiano da produção jornalística. A colaboração entre jornalistas e fontes tem uma faceta menos explícita, a do acordo tácito quanto aos valores e aos limites da política. Os atores políticos antecipam o que é capaz de atrair os jornalistas, enquanto estes últimos antecipam as reações das suas fontes às histórias noticiadas, em uma dinâmica que ressalta a colaboração entre o jornalismo e a política e favorece determinadas abordagens (COOK, 2005, p. 91).

1.1.Político-esportivo

Numa comparação, seria a mesma estratégia do jornalismo esportivo. No que desrespeita o jogo de interesses partidários e midiáticos, é importante entender um pouco mais sobre o papel do jornalismo esportivo. Tanto o jornalismo esportivo quanto o jornalismo político, são marcados pela necessidade de velocidade da informação publicada mais rapidamente. Para Coelho, o maior dano pode ter sido gerado para os meninos que entraram no mercado e que saíram da aventura com a sensação de que vale mais uma notícia publicada rapidamente do que uma informação checada criteriosamente antes de ser publicada. (...) Não há efeito mais difícil de remover do que o da falta de

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na⁴ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

referência. O da falta de critério, da falta de cuidado com a informação. Isso ainda persiste em grande parte das empresas ligadas à internet. Vale a velocidade, mais do que o critério jornalístico. Vale, portanto, todo cuidado do mundo ao jovem jornalista convidado a fazer parte de uma dessas aventuras. (COELHO; 2003.p, 63). Poderíamos estabelecer uma relação das personagens jornalísticas: jogadores de futebol e os políticos

Castells (2000) defende, para que o jornalismo sobre política possa contribuir de forma ativa na constituição de indivíduos minimamente informados, as informações políticas devem levar em conta a dinamicidade de um contexto amplamente conectado. As sociedades contemporâneas são essencialmente midiáticas e a "política informacional" compõe um quadro onde as relações sociais e de poder são intermediadas pelas diversas plataformas de mídia.

Na visão de Emanuel Barreto (2006), todo o processo noticioso está envolto em implicações sócio-político-profissional econômicas diversas e complexas. “Toda essa teia que se estabelece entre jornal/jornalismo e poder agrega interesses de parte a parte, além de preocupações mercadológicas, já que a notícia é um produto” BARRETO, (2006, p. 13). O processo, segundo o autor, envolve uma realidade sempre presente no trajeto relacional entre jornalista e fonte e diz respeito à ideologia e a notícia seria uma consequência.

2 - Jornalismo Econômico

Ao passo que a cobertura da reforma da Previdência é tratada como um tema político, das discussões entre os poderes constituídos e democráticos, e em cuja editoria o assunto reside, o jornalismo econômico pode ser fundamental, se bem praticado, para que os públicos reconheçam a gravidade com que algumas decisões podem influenciar a população. Por esse motivo, faz-se aqui uma retrospectiva da finalidade desse tipo de jornalismo.

Em 1827, o tipógrafo francês Pierre Plancher fundou, no Rio de Janeiro, o Jornal do Commercio. Trata-se da primeira publicação nacional voltada à cobertura da

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na⁵ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

economia. O noticiário do *Jornal do Commercio* é composto pela publicação de preços correntes, notícias marítimas e movimentos de importação e exportação.

A iniciativa do *Jornal do Commercio* no século XVII é fruto do estágio de desenvolvimento econômico do Brasil à época. Com seus portos abertos ao comércio exterior não fazia duas décadas, abolidas as restrições impostas pela Coroa portuguesa, pouca notícia econômica poderia ser dada além daquela produzida pela publicação.

“Não há registro de um jornal sem notícias de fatos econômicos. O comportamento de uma economia de um país, região ou cidade influencia a vida das pessoas e elas precisam ser devidamente informadas para poder tomar decisões”. Suely Caldas (2008). Esse assunto abordado pela autora não pode ser descartado, o jornalismo econômico afeta todos, como por exemplo, se um motorista de caminhão, ignorar o preço da gasolina que irá aumentar amanhã, provavelmente ele não conseguirá mais encher o tanque do caminhão com o mesmo valor que ele enchia antes.

O jornalismo, na notícia ou na reportagem, influencia a tomada de decisões cada vez mais rápidas. É o que defende Rabelo, os mecanismos de informação convencionais – a imprensa escrita não segmentada – não são suficientemente ágeis para um acompanhamento eficaz dos mercados globais, já que as decisões econômicas fundamentais – das quais dependem o futuro de empresas de grande porte inteiras ou de alguma centena de milhões de dólares – deve ser tomada em períodos de tempo cada vez menores. (RABELO, 2002, p. 31)

2.1. As mudanças na década de 60

Para entender as raízes desse tipo de cobertura, é importante entender ferramentas aperfeiçoadas na década de 1960, com a profissionalização dos jornalistas. Os jornais organizaram suas editorias de economia, atraindo os melhores e mais bem pagos profissionais do ramo, naquela época o trabalho de informações passou a ser segmentado por setores econômicos específicos. Foi assim que nasceu a especialização: repórteres que cobriam exclusivamente a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Bolsa de Valores, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) etc. A partir de então,

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na⁶ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

o jornalismo passou a ser caracterizado pela transmissão sistemática de temas e fatos relacionados com os problemas de economia de mercado ou macroeconômicos, cujas fontes não são mais só os políticos ou os partidos, e sim os economistas, os banqueiros, os relatórios originados de segmentos privados ou instituições estatais e projetos (NASSIF, 2003). A derrocada do discurso militar sobre a expansão econômica brasileira começou nas editorias de economia dos jornais brasileiros na divulgação de estatísticas sobre o país. Em 1972, foram apresentados dois censos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): um referente a 1960 e outro de 1970. A comparação dos números deixou claro o aumento de renda naquele período, mas em contrapartida, a elevação da sua concentração. Poucos ricos ficaram mais ricos e a maioria dos pobres empobreceu ainda mais (CALDAS, 2003).

3. E o papel social?

A verdadeira responsabilidade social para Paulo Freire (2008) tem início quando um sujeito deixa de olhar para outro como uma categoria abstrata e o vê como pessoa, em muitas ocasiões, injustamente tratado e privado de direitos mínimos; quando um sujeito cessa de fazer gestos piedosos, sentimentais e individualistas e arrisca um ato de amor. A verdadeira responsabilidade social, solidariedade concreta, “não se encontra senão na plenitude deste ato de amor, em sua realização existencial, em sua práxis”. Em suma, “afirmar que os homens são pessoas e que, enquanto pessoas, devem ser livres, mas não fazer nada para que esta afirmação se torne realidade, sem dúvida, é uma comédia”.

Ao profissional de jornalismo, que não vê em seu trabalho apenas a mera execução de técnicas, cabe desenvolver-se nessas habilidades de agir e refletir. Agir e refletir sobre a realidade concreta, sobre o mundo, pois, conforme Cremilda Medina, pelo papel social que está investido, “[...] sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, estratos culturais e faixas até mesmo etárias.” MEDINA, (1982 p.22).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) também atribui especial atenção ao tema de reponsabilidade social entre os jornalistas.

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na⁷ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

O Artigo 2º explicita: Art. 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: [...] III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão. (CÓDIGO..., 2007)

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 22-23) elaboraram uma lista com nove itens fundamentais para o exercício da profissão e que ilustram bem esse espírito de missão: A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

Ijuim (2009) faz uma comparação entre dois grupos de comunicação de grande abrangência, referente aos seguintes dados: O IBGE divulga periodicamente os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O relatório, disponibilizado em setembro de 2008, apresentou a evolução do país em aspectos como população ativa, trabalho com carteira assinada, trabalho infantil, acesso à educação formal, entre outros.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, no dia seguinte à divulgação, uma série de matérias sobre o assunto, destacando o que chamou de “Retrato do Brasil”. Vale ressaltar que as 13 matérias se baseiam fundamentalmente no relatório do IBGE; além disso, foram ouvidas as fontes oficiais, em especial o diretor que coordenou a pesquisa, os Ministros do Trabalho e da Previdência. O segundo jornal analisado *O Estado de S. Paulo*, também no dia seguinte, publicou um caderno de seis páginas, intitulado PNAD Especial. As pautas, aparentemente semelhantes, foram desenvolvidas de forma diversa. Além do relatório do IBGE e das fontes oficiais, O Estadão preocupou-se em ouvir os beneficiados com as carteiras assinadas, as pessoas que tiveram maior acesso aos bens de consumo, os novos alfabetizados, os trabalhadores infantis.

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na⁸ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

4. As fontes de informação

As fontes de informação oferecem subsídio para o produto jornalístico. Podem ser documentais ou humanas. No caso em questão, é necessário estudar como se organizam as pautas e as notícias publicadas em rádio, jornal, televisão e na Internet; press releases e informações liberadas por fontes profissionais diversas. Lage (2004) cita mais exemplos de fontes, como assessorias de imprensa; dados que chegam ao conhecimento dos repórteres em seu trabalho rotineiro; matérias realizadas em outras praças e que podem ser adaptadas para a área de cobertura do veículo (a medição de níveis de ruído em esquinas movimentadas de uma cidade pode ser repetida em outra; o uso de um novo tipo de lente pode renovar imagens de cartão postal etc.); cartas, telefonemas e e-mails de leitores ou de qualquer outra origem.

“Originalmente, as fontes de informação não eram treinadas para desempenhar esse papel. Ouviam-se funcionários públicos em geral, políticos, diretores de empresas, gerentes, viajantes (até meados deste século, repórteres eram colocados nos portos, aeroportos e estações ferroviárias para entrevistar os passageiros que vinham da Europa, da América do Norte, de países vizinhos ou, mesmo, de outras regiões brasileiras) e pessoas em geral envolvidas em algum evento de interesse público”. (N. Lage, 2004, p 21)

No que desrespeita os manuais dedicados ao estudo do jornalismo as fontes são classificadas quanto em oficiais, oficiosas e independentes. Segundo Lage (2001), as fontes oficiais são mantidas pelo Estado, por empresas e organizações como sindicatos ou associações. Fontes oficiosas são aquelas relacionadas de forma direta com uma instituição ou personalidade, mas sem poder formal de representação. Fontes independentes são aquelas sem vínculos diretos com o caso tratado.

“A mentira ocupa lugar estratégico nas intervenções de personalidades ou instituições vinculadas aos poderes fáticos quando da defesa de interesses particulares, difundidos como manifestação da vontade coletiva. Mesmo com a comprovação da parcialidade dos detentores dos poderes sociais, a estrutura centralizada do jornalismo convencional gera uma supremacia absoluta das fontes oficiais”. (LAGE,2001, p.63),

O Estatuto do Jornalista, aprovado a 13 de janeiro de 1999, proclama como direitos fundamentais dos jornalistas os da «liberdade de expressão e de criação», da

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na⁹ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

«liberdade de acesso às fontes de informação», da «garantia de sigilo profissional» e da «garantia de independência». Quanto ao acesso às fontes de informação, há um avanço significativo na relação entre os mass-media e os órgãos da Administração Pública. Até à reformulação deste Estatuto, os jornalistas gozavam – de acordo com o Código de Procedimento Administrativo – substancialmente dos mesmos direitos de que dispunha qualquer interessado. A partir da última reformulação desta Lei, a Administração passa a estar obrigada a prestar informações aos jornalistas, devendo as recusas serem fundamentadas. Vedadas aos jornalistas estão as informações relativas a processos que se encontrem em segredo de justiça; os documentos classificados ou protegidos ao abrigo de legislação específica; os dados pessoais que não sejam públicos; os documentos que revelem segredo comercial, industrial ou relativo à propriedade literária, artística ou científica, bem como os documentos que sirvam de suporte a actos preparatórios de decisões legislativas ou de instrumentos de natureza contratual (art.8.º).

Capítulo 5 - Método e análise

A partir das reflexões da cobertura, este estudo propõe a observação de reportagens sobre a reforma da previdência publicadas pela Folha. Um objetivo é verificar quais são as fontes para assim contabilizarmos quantas foram favoráveis à reforma e qual era a posição delas na sociedade. O estudo de caso traz a amostragem de matérias da *Folha de S. Paulo*, no dia 20 de fevereiro, em que o Presidente Jair Bolsonaro, entregou a proposta da Reforma da Previdência. Para a seleção das matérias que o requisito foi o seguinte: era necessário ter a palavra “Reforma” no título e que envolvesse mais de um político.

A primeira reportagem é intitulada *Ao entregar reforma, Bolsonaro diz que errou no passado ao votar contra mudanças na aposentadoria*¹ do dia 20/02/2019. Na reportagem foi utilizado áudio da reunião com Jair Bolsonaro, com a fala do presidente no momento em que entregou a proposta. O veículo também traz uma entrevista, em

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/ao-entregar-reforma-bolsonaro-diz-que-errou-no-passado-ao-votar-contra-mudancas-na-aposentadoria.shtml>

¹⁰ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

janeiro 2018, à Rede TV, em que o presidente afirmou que votaria contra as mudanças propostas na Previdência pelo então presidente Michel Temer. Não há fonte independente ou especialista. Em relação à linguagem, há uma comparação à “disputa”, no parágrafo 6 “Bolsonaro também foi contrário ao projeto de mudança da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso e votou contrário à reforma da Previdência feita no governo Luiz Inácio Lula da Silva”, como se o jogador no caso o presidente torcesse ou participasse de um time específico.

*Governadores criticam pontos da reforma da previdência*², é o título da segunda matéria analisada, publicada no dia 20 de fevereiro. A reportagem apresenta o jogo entre 3 times de governadores; o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, O governador de São Paulo, João Doria e o governador da Bahia, Rui Costa. Ibaneis se disse favorável à reforma, mas ressaltou que temas como o BPC (benefício de prestação continuada) deverão ser revistos. Doria, afirmou que mudanças na reforma da Previdência podem ser feitas para atender diferenças regionais, mas sem desfigurar texto original. Rui Costa, também criticou o trecho que prevê a criação de um regime de capitalização.

"O interesse dos governadores é que tenha facilidade de aprovação [da reforma] no Congresso. Mas da maneira como foi colocada, posso garantir, com a experiência que tenho advogando 25 anos para várias categorias, a proposta não passa. O governo não detém 50 votos para aprová-la hoje. Mas com os ajustes todos temos condições de aprovar essa proposta até o mês de junho e julho".

A terceira e última reportagem *Centrais sindicais dizem que reforma prejudica mais pobres*³. Publicada no dia 20 de fevereiro, o jornalista, Filipe Oliveira, escreve sobre um Manifesto assinado por oito centrais sindicais, contra a reforma da previdência. O jornalista cita fontes como: Membro da secretaria executiva nacional da CSP Conlutas, a

² <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/governadores-criticam-pontos-da-reforma-da-previdencia.shtml>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/centrais-sindicais-dizem-que-reforma-prejudica-mais-pobres-e-falam-em-calendario-de-lutas.shtml>

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na¹¹ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

Força Sindical, o presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), A Anajustra (Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho), A UGT (União Geral dos Trabalhadores). A comparação nesse caso é percebida quando os times das sindicalistas criticam a reforma da previdência apresentada.

A amostragem, contém três matérias da Folha de S. Paulo, dentre elas só há presença de fontes oficiais. O clima do Placar eleitoral abordado neste trabalho trata-se do interesse de times opostos, formados por figuras políticas. Não há vestígios de participação de fontes popular ou de especialistas.

Conclusão

Ao analisar como é construído os jornalismo, político, econômico e esportivo, percebe-se que todos são marcados pela necessidade de velocidade da informação publicada mais rapidamente. A partir da coleta dessas três matérias, foi verificado que há uma tendência nessa pequena amostragem de valorização político-partidária das fontes e não o papel de cidadania ou em prol da cidadania que esses representantes populares executam. A ideia de uma cobertura que há adversários (como se fossem dois times), um a favor e um contra a Reforma da Previdência.

A opção das fontes desvenda prioridades utilizadas na cobertura de política pelo principal jornal brasileiro. Contudo, é necessário reivindicar para o jornalismo a posição de um ator importante nas disputas sociais e nas pressões que representantes públicos são submetidos pelo jogo habitual de forças. Outra questão que deve ser elencada é a desconexão com os cidadãos comuns em reportagens como essa. Não havendo aposentados ou pensionistas, ou pessoas em situação de requerer benefício, trava a narrativa. Outra ausência evidente é a falta de arbitragem por parte de um especialista, como um cientista político ou sociólogos que trouxessem diferentes entendimentos a uma proposta de emenda à Constituição.

Referências bibliográficas

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na¹² Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.

BIROLI, Flávia, Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil, 2007

CALDAS, Suely. Jornalismo econômico. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Paulo Vinícius. Jornalismo Esportivo. São Paulo: Contexto, 2003.

COOK, Timothy E. (2005) [1998], Governing with the News: The News Media as a Political Institution (2ª ed.). Chicago, The University of Chicago Press.

LAGE, N. Linguagem jornalística. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MARTINS, Franklin Jornalismo político, São Paulo, Contexto, 2005

MEDINA, Cremilda. Profissão jornalista: responsabilidade social. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

MIGUEL, Luiz Felipe. Política e mídia no Brasil. Episódios da história recente. Brasília, Editora Plano, 2002.

FENAJ. CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007.

¹ Proposta de Trabalho a ser apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na¹³ Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019. Estudante Nathalia Kuhl é estudante do Centro Universitário de Brasília, orientação do Professor Luiz Claudio Ferreira.